

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

O Governo PSD/CDS assumiu o compromisso com as instituições de ensino superior de transferência das verbas necessárias à reposição de 20% da massa salarial, para cumprimento da decisão do Tribunal Constitucional. Tal exigiria um reforço de cerca de 50 milhões de euros.

A 19 de fevereiro tal compromisso ainda não foi cumprido e as instituições são obrigadas a pagar os salários sem o Governo ter transferido as verbas necessárias.

Também o compromisso referente à transferência de verbas necessárias para que as instituições assegurassem o pagamento dos salários em cumprimento do previsto no Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico não foi cumprido. Tal exigiria um reforço de cerca de 20 milhões de euros.

Ao longo dos últimos anos o subfinanciamento do Ensino Superior Público é o reflexo de um profundo desinvestimento nesta central função social do Estado. Sucessivos governos têm financiado as instituições a partir de critérios gerais como o número de alunos e não de critérios específicos que respondam a necessidades concretas de cada instituição de ensino superior público, quer em matéria de funcionamento, quer em matéria de investimento e desenvolvimento.

A esta desresponsabilização do Estado no financiamento público através de cortes significativos em sucessivos Orçamentos de Estado tem correspondido uma responsabilização direta das famílias através do pagamento de propinas, taxas e emolumentos.

De acordo com dados do INE, as despesas das famílias com a educação aumentaram nos últimos 10 anos 75% - os custos com a educação no ensino superior cresceram a um ritmo mais de 3 vezes superior à inflação média anual entre 2002-2012.

O PCP considera que os objetivos deste Governo PSD/CDS não se baseiam apenas em conceções economicistas. Existe um projeto ideológico mais profundo de desfiguração do papel

do ensino, de mercantilização do conhecimento, de submissão das universidades e politécnicos às leis do mercado e à concorrência comercial de disputa interna de orçamentos públicos e privados.

O PCP defende uma política de financiamento que valorize a qualidade e que tenha em conta as especificidades e exigências que se colocam às diferentes instituições de ensino superior público, quer sejam universitárias, politécnicas ou não-integradas, respondendo às necessidades económicas, sociais e culturais do país.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicitamos ao **Ministério da Educação e Ciência**, os seguintes esclarecimentos:

1. Como justifica o Governo a não transferência das verbas necessárias à reposição de 20% da massa salarial, para cumprimento da decisão do Tribunal Constitucional?
2. Como justifica o Governo a não transferência de verbas necessárias para que as instituições assegurassem o pagamento dos salários em cumprimento do previsto no Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico?
3. Vai o Governo assegurar a reposição destas verbas? Se sim, quando?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 19 de Fevereiro de 2015

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)